

DEMOCRATIZAÇÃO E POLÍTICA DO CONFRONTO:

perspectivas analíticas das redes no Brasil e na Argentina (1978-1984)

DEMOCRATIZATION AND CONTENTIOUS POLITICS: ANALYTICAL PERSPECTIVES OF NETWORKS IN BRAZIL AND ARGENTINA (1978-1984)

Rafael de Souza^a

Resumo O objetivo deste artigo é discutir a utilidade das perspectivas analíticas da teoria da análise de redes para os processos de democratização. A ênfase recai no modo como movimentos sociais, partidos políticos e outros atores governamentais relevantes interagem em redes sociais de confiança ou de conflito. O texto oferece subsídios teóricos para pensar os efeitos de “buracos estruturais” dentro das redes, no que tange a processos de inovação cultural e política. Para tanto, faz-se uma breve incursão na história recente do Brasil e da Argentina, como exemplos de processos de democratização em que movimentos sociais tiveram peso considerável. Nesses países, as redes de confiança contavam com buracos estruturais, em que a presença de movimentos sociais e setores partidários facilitaram os processos de inovação cultural e a construção de novas identidades políticas.

Palavras-chave democratização; movimentos sociais; redes de confiança; repertórios de confronto.

Abstract *The aim of this article is to discuss the usefulness of network analysis theory as an analytical perspective for the study of democratization processes. The emphasis is on how social movements, political parties and other relevant governmental actors interact in social networks of trust or conflict. The text provides theoretical insights about the effects of “structural holes” within networks for cultural and political innovation processes. To this end, the article makes a brief foray into the recent history of Brazil and Argentina as examples of democratization processes on which social movements had considerable causal effects. In these countries trust networks relied on structural holes, where the presence of social movements and supporting sectors facilitated cultural innovation processes and the construction of new political identities.*

Keywords *democratization; social movements; trust networks; confrontational repertoires.*

a Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP).

INTRODUÇÃO

O tema deste artigo consiste na relação entre movimentos sociais e democratização. Mais especificamente, o interesse reside na construção de um modelo, ainda preliminar, sobre a relação entre as trajetórias de democratização de dois países, Brasil e Argentina (1978-1984), considerando os posicionamentos dos atores políticos relevantes em redes superpostas e interconectadas. Aqui, seguindo a abordagem do processo político, define-se democratização como um conjunto de práticas, instituições e processos políticos que emolduram um padrão de relação entre Estado e cidadãos, por meio de consultas amplas, igualitárias, protegidas e comprometidas com a implementação de políticas minimamente responsivas à população (GIUGNI; MCADAM; TILLY, 1998; TILLY, 2007).

O objetivo, portanto, é compreender o modo como redes interconectadas de confronto político sustentaram as campanhas pró-democratização e se combinaram de formas diferentes, em processos de democratização tão díspares. A ênfase recai sobre dois países da América Latina, Argentina e Brasil, e seus processos de transição política, durante os anos 1970 e 1980. Esses dois países foram escolhidos em função do caráter modelar das transições latino-americanas: a Argentina contou com um regime militar de repressão ostensiva e passou por uma rápida transição democrática; por sua vez, o Brasil, ainda que também contasse com uma ampla mobilização popular, durante todo o período, teve um processo mais longo de democratização. Mas o que marca essas diferenças no decorrer de suas transições? O texto retoma tal questão, a partir de alguns desenvolvimentos teóricos, deslocando-se para as performances políticas envolvidas em torno da “questão democrática”.

A hipótese de que a democratização e os movimentos sociais estejam intimamente conectados por intermédio de mecanismos relacionais vem ganhando lastro na literatura internacional (BERTONCELO, 2007; DELLA PORTA, 2003; TILLY, 2007). Durante os anos anteriores à redemocratização, os dois países latino-americanos aqui analisados eram marcados por forte instabilidade institucional, crises econômicas sucessivas, inflação, expressivas desigualdades socioeconômicas, ausência ou escassez de amplos aparatos estatais de bem-estar social, etc. Tanto a Argentina quanto o Brasil viram surgir em seus respectivos espaços públicos amplos movimentos sociais, durante o ciclo de protestos da redemocratização. Entretanto, o modo como tais repertórios de confronto interagiram com o contexto político mais amplo e a forma como impactaram nas trajetórias de democratização ainda não foram revisitado de maneiras sistemática pela literatura sociológica.

Desse modo, a pergunta a ser investigada aponta na direção da análise da integração das redes de confiança entre atores politicamente relevantes e a influência dos repertórios de confronto político na construção dessas redes. Afinal, como diversos padrões de confronto político e de redes de confiança dos movimentos sociais e outros atores, durante as campanhas de democratização (1978-1984), colaboraram para a construção de novas identidades políticas no cenário político? Ou, de outro modo, de que maneira os movimentos sociais colaboraram para a divergência dos processos de democratização no Brasil e na Argentina?

Neste artigo, argumenta-se que a forma como essas questões foram atacadas pela literatura deixou de lado as redes de relacionamentos que movimentos sociais e outros atores políticos foram construindo por intermédio de um conjunto de performances públicas de confronto político. Nessa medida, convém salientar que a democratização não é um único encadeamento de processos dado em diferentes espaços e tempos, sempre de acordo com os mesmos mecanismos e causas. Seguindo Tilly (2007), é possível identificar mecanismos relacionais similares nos processos de democratização. Todavia, tais mecanismos se combinam de maneira variada e possuem um caráter distinto a cada transformação de regimes autoritários para regimes democráticos. O sociólogo destaca, com isso, a predominância explanatória de mecanismos relacionais, sobretudo ao salientar o aumento progressivo da inclusão das redes de confiança no processo político de consulta aos cidadãos. Contudo, Tilly (2007) não avança na determinação da morfologia estrutural das redes de confiança entre os vários atores politicamente relevantes.

Propõe-se, nesse sentido, estender o debate sobre o tema a partir do estabelecimento de um modelo de democratização que considere não só os aspectos formais das redes de confiança, mas também seus conteúdos culturais. No modelo proposto, a democratização não é somente um procedimento prático de seleção de lideranças, um conjunto de valores ou padrão de dominação. As ideias de “buracos estruturais e culturais”, conceitos derivados da análise de redes, podem contribuir para combinar esses diferentes paradigmas (BURT, 2005). Contudo, outro efeito positivo do uso ostensivo da análise de redes e da Sociologia Relacional é justamente a compreensão do fenômeno da conexão entre a política do confronto e os processos de construção dos regimes políticos.

Assim, o artigo se divide em três seções. A primeira delas oferece um breve resumo do modo como a literatura especializada, em especial a brasileira, enfrentou o problema das transições no Cone Sul. A partir daí, é apresentada em detalhe a teoria do confronto político e suas implicações para a teoria da democratização. Por fim, cabe avançar na exposição das vantagens da perspectiva dos “buracos

estruturais” no estabelecimento de padrões de relacionamento entre atores relevantes. É importante, aqui, investigar se tais padrões de democratização de fato se mantêm após a análise dos episódios de confronto, dos repertórios e dos mecanismos relacionais que conectaram movimentos sociais, partidos políticos e outros atores políticos relevantes. Para isso, na última seção, serão discutidos como exemplos analíticos os casos da Argentina e do Brasil. Mais do que oferecer respostas sólidas acerca do relacionamento entre Estado e movimentos sociais, essa seção tem como intuito apresentar a utilidade da análise relacional enquanto paradigma de pesquisa. A intenção é compreender o modo como os repertórios de confronto político e as redes de confiança entre ativistas e políticos se influenciaram mutuamente, promovendo distintos padrões de democratização.

DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA E JUSTIFICATIVA TEÓRICA

Nesta seção, serão apresentados, de modo geral, apenas os desenvolvimentos intelectuais em torno da relação entre democratização e movimentos sociais. Serão delineadas, aqui, as teorias e hipóteses que procuraram relacionar, de alguma forma, movimentos sociais e processos de democratização. Em especial, o foco da análise residu principalmente nas transições latino-americanas – principalmente a brasileira e a argentina. Isso porque ambas as transições são tratadas como tipos ideais de relacionamento entre movimentos sociais e democratização.

A literatura sobre o assunto tende a enfatizar diferenças profundas, especialmente entre os países da América Latina, classificando-as como “processos transicionais” distintos – ora salientando um papel marginal dos movimentos sociais, ora exagerando. A democratização argentina, por exemplo, costuma ser retratada como um processo de ruptura e colapso do regime militar (FONTANA, 1984; O’DONNEL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1986). Esse processo seria marcado por uma transição rápida, descontínua e com a maciça participação de movimentos sociais e outros atores da sociedade civil. Por outro lado, a democratização brasileira é aproximada às chamadas *transações pactuadas*. Isto é, a transição política foi um processo dirigido pelas elites políticas e militares, com amplo grau de continuidade institucional e com uma participação secundária dos movimentos sociais durante o processo. Na Argentina, os movimentos sociais seriam eficazes durante todo o processo de transição e de consolidação da democracia. No Brasil, por outro lado, os movimentos sociais seriam responsáveis somente pela segunda fase, a saber, da chamada consolidação democrática (HAGOPIAN; MAINWARING, 2005; MUNCK, 2007; VIOLA; MAINWARING, 1984).

Os esquemas argumentativos presentes nessas análises costumam privilegiar três fatores como determinantes dos processos de transição e do relacionamento com movimentos sociais: 1) as análises estruturalistas costumam apontar variáveis de nível macro – estruturas de classe, urbanização, industrialização, etc. – como determinantes nos processos de transição política; 2) as perspectivas centradas nos atores e nos cálculos racionais presentes em barganhas e jogos políticos, dentro de contextos institucionais delimitados; e, por fim, 3) as teorias culturalistas apresentam as mudanças de valores, ideologias e cultura política como responsáveis pelas transições políticas (MOISÉS, 1982; O'DONNEL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1986; DOIMO, 1995).

Cada um desses três paradigmas teóricos insere os movimentos sociais em lugares distintos, no processo de transição, e, com efeito, elencam diferentes mecanismos de interação entre os processos de mobilização social e democratização. Para as análises estruturalistas, os movimentos sociais são *expressões* de contradições políticas provocadas por algum tipo de mudança na estrutura social mais ampla. As análises racionalistas, por sua vez, costumam apresentar os movimentos sociais como *sinalizações* às elites políticas de que a sociedade civil apoia o processo de transição. As teorias culturalistas, enfim, enxergam nos movimentos sociais os protagonistas do processo transicional, sobretudo ao defini-los como *portadores* de valores e práticas democráticas. Essas linhas teóricas apresentam pontos relevantes para a compreensão; entretanto, ignoram ou deixam de integrar mecanismos relacionais às dimensões estruturais, culturais e estratégicas do processo de democratização.

MOVIMENTOS SOCIAIS, CONTRADIÇÕES URBANAS E ESTADO

Para a primeira vertente de estudos, a relação entre movimentos sociais e democratização ocorre por meio da relação entre economia política das cidades e a formação de associações “movimentalistas”. Nesse contexto, os movimentos sociais são retratados como conjunto de *sintomas* ou *expressões políticas* de crises estruturais mais profundas e enraizadas na sociedade. Os movimentos de base, calcados na esfera da vizinhança local, situavam-se no contexto de crescimento urbano acelerado e desregulado e de participação periférica na economia capitalista mundial. Havia, portanto, para esses autores, problemas urbanos que estavam indissociavelmente ligados aos problemas da acumulação capitalista (KOWARICK, 1979; MOISÉS, 1982; VALLADARES, 1982). O crescimento acelerado e o desenvolvi-

mento dependente e periférico provocaram o que Kowarick (1979) denominou espoliação urbana¹.

As elites governamentais participavam ativamente nos processos distributivos de bens e serviços públicos. O Estado mantém o interesse constante de incentivar a produção e estimular o desenvolvimento – ainda que dependente –, por meio da facilitação da aglomeração da mão de obra e de sua inserção precária no mercado de trabalho. O processo de abertura política, portanto, é efeito de rachaduras no sistema de “correias” que conecta o sistema político e a estrutura produtiva dentro dos contextos urbanos. Os movimentos sociais são encarados como efeitos das *contradições estruturais* dos processos de urbanização capitalista². A democratização política só existe, então, como possibilidade de acomodação dessas comunidades sofredoras de contradições no interior do sistema institucional.

MOVIMENTOS SOCIAIS, ELITES POLÍTICAS E TRANSIÇÃO PACTUADA

A partir de meados dos anos 1970 e 1980, um conjunto de pesquisadores deixou de lado as explicações estruturalistas e passou a enfatizar mais a racionalidade dos atores nos processos de transição. A tese principal desse conjunto de perspectivas era a de que a democratização não se constituía como mero efeito das estruturas econômicas, mas como resultado contingente de decisões dos atores politicamente relevantes. A racionalidade dos atores seria o atributo causal primordial (O'DONNEL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1986; MUNCK, 2007).

Importava muito mais a caracterização dos processos políticos e das instituições como pontos centrais nas explicações das mudanças sociais, na América Latina. Legados institucionais seriam responsáveis pela criação de estruturas de incentivos para atores-chave dotados de poder decisório. A literatura pautada nos atores destacou três grandes linhas de pesquisa: a crise de regimes autoritários; a transição para governos democráticos; e a estabilidade da democracia.

1 Para Kowarick (1979, p. 34), espoliação é uma somatória de extorsões que ocorre pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos socialmente necessários, em relação aos níveis de subsistência das classes trabalhadoras, o que agudiza ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho. O conceito foi essencial na definição dos movimentos sociais urbanos e posteriormente alvo de críticas. As teorias de caráter culturalista retrabalharam a categoria, adicionando a ideia de “experiência” como noção-chave para a articulação entre instâncias objetivas e subjetivas dos movimentos sociais.

2 Nas palavras de Moisés (1982, p. 410): “A natureza dessas contradições urbanas é essencial para explicar a emergência dos movimentos sociais urbanos, pois as condições criadas para a acumulação de base pobre, ocorrida no Brasil a partir de 1930, implicaram, como se sabe, na ativação de mecanismos de superexploração da força de trabalho e da minimização da participação privada e, em particular, do Estado nos custos de reprodução dessa força de trabalho”.

Para esses autores, o papel dos movimentos sociais era secundário, já que importava mais o conjunto de barganhas e trocas entre atores posicionados em arenas decisórias. A democratização é efeito contingente de lutas e conflitos políticos causados por incentivos institucionais diversos. Os movimentos sociais são encarados apenas como *sinalizações* de que a sociedade civil apoia tal e qual projeto institucional.

A democratização é, nessa medida, efeito de rachaduras nas elites militares, em que os moderados e a chamada “linha dura” disputam apoios políticos entre as elites civis no poder. Nesse cenário de disputas, os movimentos sociais seriam cooptados no cálculo político, na medida em que os militares moderados e as elites políticas podem assumir que a sociedade civil apoia, de fato, o processo de democratização. Assim, os movimentos sociais emergem como sinal de que os moderados podem alijar a “linha dura” militar, já que isso afasta a ideia de que existe um clima revolucionário a ser combatido justamente pela “linha dura”. Movimentos sociais só são relevantes, portanto, caso aparentem o pacifismo em suas formas de protesto e ação (HAGOPIAN; MAINWARING, 2005; PRZEWORSKI, 1988).

Convém ressaltar, no entanto, que, para essa linha de pesquisa, a relação entre movimentos sociais e democratização não é estruturalmente relevante. Isto é, o ativismo não influencia as esferas decisórias no que concerne à alteração das normas vigentes. Também é menos relevante a caracterização de grupos ou outros atores que possam “representar” interesses diversos daqueles prescritos pela arquitetura institucional. Os movimentos sociais aparecem como leitura da situação, portanto. Em suma, para a vertente racionalista, pode-se afirmar que os mecanismos cognitivos apresentam maior saliência na explicação dos processos de democratização.

MOVIMENTOS SOCIAIS, CULTURA E AUTONOMIA

A perspectiva a qual denomino culturalista enfatiza o papel dos valores e das identidades coletivas na construção de um *ethos* autonomista em relação ao Estado. Essas queixas e reivindicações, por si só, não são responsáveis pela ampla mobilização em torno da “questão democrática”. A partir de meados da década de 1980, e mesmo depois, a relação entre fatores estruturais e as mobilizações políticas foram repensadas à luz da consideração das experiências sociais dos atores engajados. Para Cardoso (1983), o que é marcante nas mobilizações em torno das carências urbanas é justamente sua potência democratizante.

As mobilizações em torno dessas demandas por serviços públicos de qualidade tiveram como mote a criação de um senso cotidiano de autonomia em relação ao Estado. Para Doimo (1995), por exemplo, os movimentos populares urbanos da década de 1970 e 1980 encabeçavam o que ela chamou de “campo ético-político”, definível pelo caráter “solidarístico” das ações diretas dos movimentos. As esperanças de renovação das formas de participação política deveriam ser confrontadas com a lógica consensual solidarística *interna* aos movimentos sociais e no suporte desses recursos *organizacionais* e *identitários* na resolução de problemas e carências imediatas dos atores (CARDOSO, 1983; DOIMO, 1995).

CRÍTICA À LITERATURA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRATIZAÇÃO

Os resultados, premissas e hipóteses não podem ser considerados mutuamente excludentes, quando se fala das opções dos três conjuntos teóricos. Contudo, é necessário avançar em uma perspectiva que integre a combinação entre mecanismos relacionais, cognitivos e estruturais nos processos de democratização (TILLY, 2000), uma vez que os desenvolvimentos recentes apontam na direção de uma análise mais detalhada da democratização como processo de emergência de uma “política das ruas” [*public politics*]³.

O eixo estruturalista se concentrava em torno da chamada questão urbana. Logo, a definição era pautada mais pelas reivindicações e pela composição de classe do que propriamente pelas formas de organização ou pelos repertórios de confronto coletivo. A preocupação com a democratização só advinha do fato de que o regime democrático só poderia ser de todo implantado caso as contradições capitalistas nos grandes centros urbanos pudessem ser mitigadas (CASTELLS, 1977). Os movimentos sociais poderiam ser o canal a partir do qual essas transformações seriam alcançadas. A caracterização do regime político estatal não é posta em questão, já que os arranjos institucionais do Estado, suas políticas públicas, burocracias e seus incumbentes são meramente sistemas estruturais de manutenção capitalista. O

3 Segundo Tilly, *public politics* pode ser descrito como: “not including all transactions, however personal or impersonal, between states and citizens but only those that visibly engage state power and performance. Public politics includes elections, voter registration, legislative activity, patenting, tax collection, military conscription, group application for pensions, and many other transactions to which states are parties. It also includes collective contention in the form of coups d'état, revolutions, social movements, and civil wars. It excludes, however, most personal interactions among citizens, among state officials, or between state officials and citizens” (TILLY, 2007, p. 12-13). O termo “política pública”, entretanto, não expressa de maneira adequada a ideia de Tilly, na qual o autor quer enfatizar o caráter público e visível de determinados eventos com relevância política.

Estado, seja democrático, seja autoritário, é, antes de tudo, um Estado capitalista (MOISÉS, 1982; NUNES, 1982).

Por outro lado, a tese racionalista ignora a existência de conexões indiretas entre movimentos sociais e instituições políticas. Essas conexões afetam as estratégias de atores envolvidos em posições decisórias de destaque. Isto é, os movimentos sociais são mais do que “sinalizações” ou agentes consolidadores da democracia. Nas fases de ciclo de protesto democrático, os movimentos colaboram para difundir práticas e valores democráticos.

Por fim, a vertente ligada à teoria dos novos movimentos sociais, ao enfatizar o papel dos valores democráticos intrínsecos às organizações e associações “movimentalistas”, negligenciou os processos de difusão desses valores. Um ponto relevante deve ser dito em relação ao papel que a autonomia dos movimentos sociais tinha na argumentação. Para esses autores, a própria criação de organizações e grupos de discussão já era, em si, uma maneira possível de libertação política em relação às mesmas estruturas. A autonomia em relação às formas clientelísticas de cooptação do Estado gerava uma espécie de euforia em torno do significado dessas ações por si mesmas (CAMERON, 1994; OTTMANN, 1995). Entretanto, como deve ser salientado, o próprio processo de construção dos repertórios de ação coletiva passou a reboque nessas interpretações em prol da análise das formas de organização.

Em suma, as esperanças depositadas na autonomia cultural e nas estruturas de classe durante a redemocratização deram pouca ênfase ao caráter *processual* do conflito, o qual, pela democratização, se desenvolveu em torno de sequências de interações que agregaram atores do mercado, agências governamentais e diversos grupos desafiantes. As relações entre os atores vão se alterando ao longo do tempo e, com efeito, ajudando a reorientar estratégias, na captação de recursos e na apropriação ativa de novas organizações e demandas. As causas estruturais, portanto, são constantemente “filtradas” por esse conjunto de interações entre distintos atores. Com isso, é necessário analisar o caráter *relacional* desses conflitos, já que o Estado é mais do que um inimigo externo alheio. Elites políticas, agências governamentais, instituições, normas e regras afetam a distribuição de recursos dos movimentos sociais.

Importantes exceções existem nessa literatura, é claro, especialmente no que tange à análise da articulação entre Estado e movimentos sociais. Segundo Boschi (1987), embora essas associações de movimentos sociais fossem formadas com o apoio de órgãos estaduais e municipais de gestão e o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o fechamento dos canais institucionais de participação

popular e de discussão dos problemas enfrentados por essas populações residentes nas periferias imprimiu à rede de associações um *caráter defensivo e autonomista* em relação ao Estado e seus representantes (BOSCHI, 1987; GOHN, 1990; SADER, 1988). Havia uma enorme desconfiança em relação ao papel das autoridades governamentais e total desesperança de que tais autoridades pudessem exercer papel positivo nas condições de vida dessas populações.

O Estado atuaria como *agente desmobilizador*, não só no uso de burocracias repressoras, mas também mediante excessiva burocratização e ininteligibilidade dos canais de comunicação entre autoridades e cidadãos. A excessiva burocratização estatal colaborou, nesse sentido, para a desconfiança dos movimentos sociais em relação aos agentes estatais⁴. Por isso, o papel do Estado na formação desses movimentos não pode ser negligenciado. Como Boschi (1987) e Jacobi (1990) salientam, os movimentos sociais urbanos se encontravam a meio caminho da institucionalidade; ou seja, embora houvesse desconfiança em relação às autoridades políticas, também não é correto dizer que esses movimentos surgiram à parte das estruturas estatais, como demonstram Sader (1988) e Boschi (1987).

Nesse contexto, a interação com esses atores é fundamental para o cálculo estratégico e também para a formação de identidades políticas dentro do campo de interação entre esses atores (ALONSO, 2009). Essas vertentes ignoram os mecanismos relacionais de difusão de recursos, ideias, valores, práticas que se constituem por intermédio dos repertórios de confronto e do modo como eles impeliram transformações importantes de dimensões societárias da democratização.

TEORIA DO CONFRONTO POLÍTICO E DEMOCRATIZAÇÃO

Aqui, é importante salientar a relação entre os contextos relacionais e os repertórios de confronto político dos atores engajados em torno das campanhas pró-democratização. Parte-se da premissa de que, em ciclos de protesto, incrementa-se a taxa de inovação nos repertórios de confronto político (TARROW, 2011). Entretanto, conforme salienta Tilly (2007), movimentos sociais seriam formas frequentes de ação política dentro de contextos marcados explicitamente pela

4 Para Jacobi (1990, p. 151), “a resposta do Estado se situa num terreno de ambiguidade, onde a possibilidade deste ganhar tempo, dilatando as reivindicações, é uma forma de controlá-las. No caso do Movimento dos Loteamentos Clandestinos, a população inicialmente é envolvida por um labirinto de escalões burocráticos; tenta-se desmobilizar o movimento através de artimanhas ou mecanismos intermediários (como, por exemplo, os colegiados, que através da atomização das demandas tornam cada vez mais difícil uma ação unitária). No tocante ao Movimento de Favelas, o potencial desmobilizador, através do atendimento de necessidades imediatas, também tem tido o poder de esvaziar os Movimentos, centrados basicamente na obtenção de melhorias”.

consulta igualitária, protegida, ampla e comprometida entre governantes e cidadãos – isto é, dentro da democracia⁵.

Nesse contexto, movimentos sociais seriam estreitamente interligados ao funcionamento da democracia. A democratização, por sua vez, não seria resultado de um único episódio de ruptura com o regime autoritário, mas um processo contínuo no tempo. Em outras palavras, a interação entre Estado e outros atores da comunidade política [*polity*] pode se dar com fluxos e influxos de democratização.

Durante os processos de democratização, as autoridades políticas passam a tolerar determinados repertórios e performances e deixam de proibir formas alternativas de expressão política. Marchas, petições, assembleias, greves, manifestações, etc. passam a compor o cenário político normal em uma democracia, isso porque movimentos sociais passam a informar arenas de disputa, estabelecem novas identidades políticas, criam novos parâmetros para a disputa eleitoral, entre outros efeitos possíveis (GIUGNI et al., 1999; TILLY, 2007).

Nesse sentido, movimentos sociais interferem nas condições suficientes para a continuidade dos processos de democratização, na medida em que podem colaborar para insular contingente e parcialmente as redes de confiança, desconectar as desigualdades categoriais do jogo político e reduzir focos autônomos de poder local (TILLY, 2007). É necessário salientar que movimentos sociais tanto podem colaborar para promover intencionalmente mudanças contingentes nas dimensões elencadas, no sentido de democratizar o sistema político, quanto podem facultar o fechamento do regime político. A fim de colaborar com um quadro mais nuançado das trajetórias políticas, não se excluem, aqui, ativistas e redes políticas engajados na promoção da democratização e que promovam inadvertidamente esse tipo de processo político ou seu próprio contrário.

5 A teoria sobre movimentos sociais, a partir dos anos 1970, é extensa, e não cabe uma exposição detalhada de suas posições. Convém dizer, porém, que, até o final dos anos 1980, as tradições europeias reunidas na Teoria dos Novos Movimentos Sociais tendiam a enfatizar o papel da cultura, valores e ideias na estruturação do conflito societário, sem fazer referências explícitas ao processo político. Movimentos sociais seriam, para esses teóricos, orientados para a autonomização de suas identidades coletivas e valores, em detrimento da lógica de interesses. Por outro lado, a tradição americana, representada pela Teoria do Processo Político, enfatiza o caráter estratégico dos movimentos sociais, mas sem recair nas armadilhas do racionalismo. Esse traço tático e estratégico dos movimentos respondia não à esfera econômica, mas à política. O foco estava nos processos de negociação política entre desafiantes e autoridades. A partir dos anos 1990, as críticas múltiplas pavimentaram o terreno para a formação de sínteses teóricas entre os dois termos. *Cultura e estratégia política* passaram a ser vistos de maneira intrincada e indissolúvel. Dessas sínteses, uma das mais notáveis tem sido a Teoria da Política do Confronto, que procurou justamente incorporar o papel das *performances* na estruturação do conflito político. Para maiores detalhes sobre a história das teorias de movimentos, consultar Ángela Alonso (2009) e Ángela Alonso e André Botelho (2012).

Em resumo, movimentos sociais fazem parte de maneira contingente do *tecido relacional* do Estado. Tal tecido conecta de forma dinâmica e contingente governantes, grupos de interesse, burocracias, técnicos, empresas, movimentos sociais, entre outros atores, e conferem às instituições políticas sua sustentação. Por outro lado, as instituições também colaboram para a reprodução de normas, valores e identidades políticas e impactam na formação desse tecido relacional, ou seja, Estado e movimentos sociais se relacionam por meio de redes superpostas de organizações, agências, atores, espaços, arenas, etc. (TILLY, 2007).

Nessa medida, o problema que melhor pode orientar se refere justamente ao modo como, por meio de *repertórios de confronto político*, movimentos sociais alteraram a “política das ruas” [*public politics*]. Os contextos de transição política são experiências históricas altamente profícuas e importantes para o estudo dessas interações, justamente pelo fato de que a criação de novos tipos de performances de contestação, associada à intensa criação de identidades políticas, faculta a alteração substancial desse tecido relacional. Isso acontece, sobretudo, por meio da transação e circulação de repertórios entre ativistas e outros atores relevantes – tais como partidos, organizações da sociedade civil, organizações religiosas, entre outros.

De modo geral, a literatura sempre enfatizou o modo como repertórios de confronto político são difundidos por redes políticas. A literatura sobre a criação de novos elementos dos repertórios de ação coletiva enfatiza, justamente, três mecanismos de promoção da inovação dos repertórios. Com efeito, a difusão de repertórios e performances de contestação normalmente toma a forma de: 1) mecanismos relacionais *diretos* de relacionamentos entre ativistas; 2) difusão *indireta* de imagens, retóricas, enquadramentos interpretativos e discursos entre atores desconectados; e 3) difusão *mediada*, em que atores desconectados entre si acabam por compartilhar enquadramentos e repertórios em virtude da relação com um terceiro ator (GIVAN; ROBERTS; SOULE, 2010).

A importância dessa distinção reflete uma preocupação em torno do papel da adoção e inovação dos repertórios utilizados em contextos variados de oportunidades e ameaças políticas (TARROW, 2011). As redes fornecem oportunidades para a difusão de repertórios e performances, mas convém perguntar se o contrário também é verdadeiro. Afinal, repertórios e performances podem colaborar para a difusão e montagem de redes de confiança e de sua inscrição no jogo político. Especialmente, nos contextos de amplos ciclos de protesto, manifestações, assembleias, atos e comícios podem atuar como “palco” para a criação de novas performances, identidades políticas e novas configurações dos atores envolvidos. No sentido

goffmaniano, repertórios são encenações e atos de comunicação, nos quais velhas identidades são reencenadas, enquanto outras são ajustadas (GOFFMAN, 2011).

Para Tilly (2007), por exemplo, o processo de democratização apresenta condições necessárias, mas não suficientes, do ponto de vista das redes e da política do confronto: 1) o jogo político se consubstancia com base em múltiplas identidades sociais, e a ativação dessas mesmas identidades em terrenos políticos não estaria fundamentada inerentemente no crescimento de desigualdades categoriais; 2) o Estado ou as instituições políticas absorvem parcialmente as redes de confiança no interior da sociedade; 3) há a presença de uma *public politics*, isto é, a possibilidade de fortalecimento de uma esfera pública, na qual temas, demandas e agendas políticas podem ser comunicadas e debatidas, seja por meio de arenas especiais, seja por meio da ação de movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais, etc.

Ainda que o modo como Tilly (2007) encara a democratização se refira ao papel das redes de confiança, o autor avança pouco na especificação dos atributos relacionais concretos pelos quais as redes são integradas de maneira efetiva na comunidade política – incluindo-se dentro do Estado. Disso, surgem algumas questões: qual o conteúdo cultural dessas redes? Que atributos das redes são mais relevantes para o momento da liberalização, da transição e da consolidação democrática? Os parâmetros, como a centralidade de determinados atores, a densidade de relacionamentos internos dentro das redes, a conectividade, a abundância de cliques, a presença dos já citados “buracos estruturais” e todo esse aparato conceitual, ainda foram pouco mobilizados para tratar do tema da relação entre movimentos sociais e o Estado. A literatura sobre movimentos sociais sempre enfatizou, de maneira sistemática, a importância das redes de sociabilidade no recrutamento de possíveis participantes, mas pouco tratou acerca dos efeitos das redes de confiança sobre processos estruturais mais amplos, tal como mudanças de regime (DIANI; MCADAM, 2003; DIANI, 1995; KLANDERMANS; OEGEMA, 1987; SNOW; ZURCHER; EKLAND-OLSON, 1980).

Recentemente, esse cenário vem mudando com a influência da Sociologia Relacional e da Sociologia das Organizações, cujo ponto principal reside na ideia de que os movimentos sociais se posicionam em *campos multiorganizacionais*. Os ativistas constroem estruturas organizacionais e um jogo de estratégias situados em um espectro mais amplo de atores que vão muito além do Estado ou de contramovimentos. Alianças ou relações de conflito e competição posicionam os movimentos sociais em um campo que inclui elites políticas, mídia, empresas, sindicatos, organizações não governamentais, entre outros (SNOW; SOULE, 2004).

Contudo, a combinação entre os supostos da Sociologia Relacional e a análise da influência dos movimentos sociais nos processos de democratização só foi aventada. Ao discutir a transição democrática e a implantação do neoliberalismo como política econômica, Wada (2003) aparece como uma das únicas exceções. O autor utiliza a análise de redes e a de eventos de protesto para flagrar o modo como mudanças no padrão relacional do patronato e do corporativismo do Estado mexicano alteram as posições dos atores da sociedade civil, no período de 1964 a 2000. Por sua vez, essas modificações no posicionamento dos atores facilitam o aumento do volume de protestos e criam novos esquemas simbólicos de interpretação da cidadania, no México.

Outra obra importante nesse sentido tem sido desenvolvida por Mische (2008), que se debruça sobre o papel das redes interconectadas e dos estilos de argumentação política. A autora acredita que a política juvenil, desde o período da redemocratização até o *impeachment* do ex-presidente Collor, explicitou importantes diferenças de estilos comunicativos, os quais a autora nomeia como maquiavélico, habermasiano, deweysiano e gramsciano e se referem a padrões de liderança dentro das redes. Mische, com isso, explora o fato de que os estilos impactam no modo como os atores políticos modulam diferentes identidades políticas em redes interconectadas e superpostas (MISCHE, 2008).

A próxima seção deste artigo procura avançar na proposição de um modelo acerca da conexão entre o padrão das redes que conectam Estado, movimentos sociais e outros atores políticos relevantes. Serão analisados os efeitos teóricos desses padrões e sua influência para o passo e a natureza do processo de democratização. Embora Tilly tenha argumentado que a integração entre as redes de confiança precise ser parcial, ele nunca especificou de que modo isso se reflete empiricamente. Redes de confiança plenamente integradas no Estado produzem regimes totalitaristas ou versões disso, e redes de confiança integralmente separadas do Estado estão presentes em regimes autoritários. A democracia parece ser, portanto, o regime no qual as redes de confiança afetam as arenas decisórias e a agenda política – que não estão completamente inseridas no âmbito da estrutura institucional. Assim, nesses regimes, Estado, movimentos sociais, sindicatos, igreja, etc. mantêm relações entre si, mas são capazes de preservar sua autonomia relativa *vis-à-vis* outros atores e entre si. Mas o que significa essa integração parcial? Quais atributos estruturais e culturais das redes sociais oferecem bases para esse tipo de relacionamento entre atores políticos?

REDES DE CONFIANÇA, “BURACOS ESTRUTURAIS” E DEMOCRATIZAÇÃO

Antes de avançar na discussão sobre buracos estruturais, convém definir brevemente a noção de rede utilizada. Para os propósitos deste texto, rede coincide com coleção de *nós* e coleção de *laços*, conectando esses *nós*. Por nós entende-se qualquer tipo de atores, tais como: pessoas, grupos, organizações, comunidades, etc. Por sua vez, os laços se referem às relações medidas que conectam esses diferentes atores. Como exemplo, em determinado regime político militar, pode-se construir a rede de amizade dos militares nos cargos públicos. Nesse exemplo, cada nó seria determinado indivíduo dentro da hierarquia militar, ao passo que as relações seriam as conexões de proximidade entre esses militares. Outro exemplo seria a rede de movimentos sociais, em que cada associação ou organização de movimento social seria um nó, e os laços conectando esses diferentes grupos poderiam ser a coparticipação em eventos de protesto. Desse modo, a rede é um construto analítico no qual o pesquisador constrói os nós e os laços, segundo atributos de interesse previamente selecionados.

A vantagem desse esquema metodológico é que ele oferece uma gama de possibilidades de análise não só dos atributos das redes, mas também do modo como essas posições relacionais afetam determinados resultados de interesse. Em resumo, a análise de rede permite suplantiar ou suplementar análises substancialistas dos atores. A análise de redes traz ferramentas robustas que permitem atacar metodologicamente o problema da agência/estrutura (MISCHE, 2008).

A hipótese teórica básica deste artigo estabelece que as redes de confiança são integradas parcialmente nos regimes democráticos, e essa “parcialidade” pode ser medida segundo parâmetros formais das redes construídas analiticamente. Existem dois modos pelos quais isso pode ocorrer: “buracos estruturais”, de um lado, e superposição parcial de redes, de outro. Desse modo, os processos de democratização são diferentes, de acordo com a prevalência de cada um desses mecanismos, conectando movimentos sociais e Estado. Por ora, este artigo lida primeiramente com os mecanismos relacionais dos buracos estruturais. Em outra ocasião, os efeitos de superposição de redes serão mais bem esmiuçados.

BURACOS ESTRUTURAIS ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO: ARGENTINA E BRASIL

O argumento da teoria dos buracos estruturais é bastante simples. Estabelece que, entre uma vasta rede de conexões, alguns grupos estão mais conectados entre

si e que tais grupos compartilham, de maneira mais densa e frequente, dos mesmos repertórios culturais, informações e recursos. Por outro lado, existem atores que conectam esses diferentes *clusters* e que, por estarem em uma posição intermediária entre diferentes grupos, compartilham de forma mais frouxa os códigos culturais desses grupos. Esses espaços entre diferentes grupos fortemente conectados são denominados “buracos estruturais”. Em resumo, buracos estruturais podem ser encarados como *locais vazios na estrutura geral da rede* (BURT, 2005).

O potencial desses buracos reside no fato de que os atores, sejam eles indivíduos, organizações ou associações, desfrutam de vantagens particulares, em virtude de seu posicionamento, e não somente de seus atributos individuais. Isso porque esses buracos permitem que diferentes fluxos de informação, recursos e repertórios culturais transitem pela rede. É possível dizer, portanto, que são espaços de trocas e inovações culturais (PACHUCKI; BREIGER, 2010).

A importância dos buracos estruturais reside no fato de que eles são *aditivos* às redes, já que não participam de *cliques* e *clusters* com informação redundantes. Cliques costumam estar correlacionados com forte homogeneidade de informação e também com tipos de nós envolvidos nos cliques. Tais aglomerados e grupos costumam ser, nessa medida, lugares de implantação de rotinas. Nos regimes políticos latino-americanos, abundam *cliques* e *clusters* de atores cuja base de organização é composta por rotinas e fechamento estrutural.

A ação dos militares na política latino-americano aparece como um exemplo privilegiado desse tipo de mecanismo relacional. Há uma identidade comum, um conjunto de rotinas, recursos fortemente monopolizados e uma forte tendência ao fechamento estrutural. No caso da Argentina, por exemplo, o Executivo, a partir do golpe de Estado, em 1976, foi controlado por uma junta militar composta por três comandantes das Forças Armadas. O Congresso Nacional Argentino foi fechado, as autoridades provinciais (governadores e deputados) foram destituídas de seus respectivos cargos, e a atuação dos partidos políticos foi severamente limitada. Cargos públicos foram distribuídos a tecnocratas militares das Forças Armadas, o que diminuiu drasticamente a participação de elites políticas civis. Os laços com a sociedade civil foram, por sua vez, cortados por meio de um intenso processo de repressão.

O regime militar argentino se instala tendo que lidar com uma guerrilha urbana articulada e organizada nos grandes centros. A medida inicial da Junta Militar foi fundar o chamado “Processo de Reorganização Nacional” e, por meio de um extenso aparato de repressão, aniquilar as guerrilhas e a oposição política. Nesse processo, grupos guerrilheiros, como o Ejercito Revolucionário del Pueblo,

membros do Partido Justicialista, entre outros grupos políticos, foram incessantemente reprimidos. A ação policial deixou um saldo de “terrorismo de Estado”, no qual milhares de desaparecidos políticos colaboraram para inchar a participação em organizações de direitos humanos, como as Madres de la Plaza de Mayo.

A Junta também alijou completamente a oposição civil da competição política e os destituiu de qualquer amparo legal-institucional. Espaços de negociação entre trabalhadores – representados pelo movimento sindical – e empresários foram fechados, e os conflitos sociais foram resolvidos por intermédio da ação de tecnocratas. A Confederación General del Trabajo, que, em 1978, se dividiu em duas (CGT-Brasil e CGT-Azopardo), por exemplo, viu sua capacidade de iniciativa seriamente limitada pela redução drástica dos salários – além de ver seus líderes presos e suas bases reprimidas (NOVARO; PALERMO, 2003).

Em resumo, o processo de fechamento do regime político argentino coincidiu com um processo de extinção dos espaços de superposição e coparticipação de diferentes redes e atores na rede mais ampla da estrutura política. A ação repressiva dos militares e seu extensivo controle sobre o Executivo e o Judiciário diminuíram fortemente os movimentos sociais. Entretanto, esse processo também permitiu que uma rede densa de movimentos sociais passasse a se consolidar fora da esfera política. Em outros termos, o regime militar argentino colaborou para a formação de inúmeros cliques no cenário político argentino, deixando inúmeros espaços abertos e vazios.

Tais espaços foram progressivamente capturados por movimentos sociais em defesa dos direitos humanos e contra a repressão e o “terrorismo de Estado”. O surgimento das Mães da Praça de Maio e das Avós da Praça de Maio, bem como a atuação da Comissão de Direitos Humanos da ONU, a partir de 1978, só foi possível a partir da conexão, ainda que tênue, entre movimentos sociais e elites políticas civis alijadas pelo regime. A partir de 1978, a Argentina viu surgir um corpo opositor em diversos segmentos societários. O jornalismo de oposição, tais quais as revistas *Humor* e *Crítica y Utopía*, aproximou-se de setores partidários como o Partido Radical e o Partido Justicialista. As universidades, especialmente a partir de 1979, também criaram centros de estudos e pesquisa acerca das condições dos direitos humanos na Argentina. O CEDES (Centro de Estudos sobre Estado e Sociedade) e o CISEA (Centro de Investigações Sociais sobre o Estado e a Administração) ofereceram, por exemplo, suporte técnico a organizações partidárias e aos movimentos sociais pelos direitos humanos, mormente durante o período transicional.

A formação desses buracos estruturais também serviu como laboratório social no que tange à criação de uma nova cultura política, marcada pelo debate

intelectual sobre a questão da democracia e dos direitos humanos. A partir de 1979 e, mais especialmente, 1980, esses grupos passaram a se constituir como uma frente ampla de atores, como a universidade, os movimentos pelos direitos humanos, grupos de esquerda e membros da elite política de oposição. Nesse sentido, a criação desses buracos estruturais foi o que permitiu a reconstrução e a reformulação ideológica dos partidos políticos na Argentina, deslocando-os da polarização peronismo contra antiperonismo (O'DONNELL, 1973).

O fracasso na Guerra das Malvinas também serviu como catalisador do colapso do regime militar e facultou a valorização da política eleitoral e a rejeição incondicional de pactos com os militares. À medida que greves, protestos e manifestações tomaram conta dos principais centros urbanos argentinos, a partir de 1980, essa frente de movimentos sociais e setores partidários desenvolveu uma cultura política marcada pela valorização do processo eleitoral e da defesa dos direitos humanos, via caminhos institucionais.

Assim, o processo de transição argentina contou com a proliferação de buracos estruturais e a constituição de novos atores, tais como os movimentos sociais por direitos humanos e sua relação com elites políticas tradicionais. Esse renascer dos partidos foi fortemente marcado por alterações nos quadros ideológicos. A rejeição acerca do peronismo, do socialismo e de correntes de esquerda cedeu lugar a um clima de experimentação política permitida dentro desses buracos estruturais. Uma das principais mudanças foi a adesão incondicional a projetos de democratização institucional orientados pela soberania popular e pelo Estado de Direito. Instituições, cujas bases ainda contavam com fortes elementos partidários, tinham na crença no constitucionalismo um fator-chave de reorientação da política argentina. A constituição da chamada Frente Multipartidária, composta por inúmeros setores partidários – mas também contando com organizações de movimentos sociais –, atesta esse caráter suprapartidário e consensual. A Multipartidária atuou, então, como um ator-chave na reconstituição dos laços entre esfera societária e Estado (NOVARO; PALERMO, 2003).

O caso do regime militar brasileiro, embora tenha adotado sistematicamente estratégias violentas de repressão, também fez uso da máquina burocrática dos sistemas de inteligência e policiamento político, porém de maneira mais sutil⁶. O

6 Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foram finalizados e, segundo o dossiê *Direito à memória e à verdade*, publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2007, foram contabilizados cerca de 479 mortos e desaparecidos no Brasil, durante os anos de 1964 a 1979. Na Argentina, a Comisión sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) contabilizou 30.000 mortos e desaparecidos, durante o período de 1976 a 1983. Também é flagrante a diferença no processo de justiça transicional.

regime militar também tentou construir suas bases de legitimidade em função da manutenção de determinadas instituições democráticas, tais como as eleições regulares para senador e deputado. Além disso, o regime militar era ambíguo em relação à manutenção de instituições de representação. O regime manteve as eleições e substituiu o antigo sistema pluripartidário por um sistema bipartidário, com um partido governista, ARENA (Aliança de Renovação Nacional), e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Diferentemente da Argentina, o Brasil experimentou um forte crescimento econômico, em meados dos anos 1970, o que colaborou com a manutenção dos militares durante vinte anos no poder. Contudo, essa continuidade também pode ser entendida justamente como efeito da manutenção de atores conectando o Estado à sociedade civil, ainda que de maneira autoritária. O regime promoveu deliberadamente a manutenção de redes superpostas de atores nos quais os buracos estruturais eram vigiados e tolerados, em certa medida.

No Brasil, os objetivos de consolidação do regime foram efetuados a passos lentos, e os militares, engajados nesse projeto, encontraram dificuldades inesperadas. A maior de todas, sem dúvida, foi o surgimento de protestos públicos de setores descontentes com o governo (ALVAREZ, 1990; BOSCHI, 1987). Para os militares, deter as formas de ação coletivas, partidárias ou não, inseria-se em uma estratégia maior de consolidação do nacional-desenvolvimentismo. Mesmo com os altos níveis de repressão e de sufocamento das oportunidades de consulta democrática, a oposição política e a participação popular, protestos e formas de ação coletiva surgiram no período comandado pelos militares. Desde as mais diversas formas de manifestação estudantil, passando pela guerrilha armada no interior do país, à organização do associativismo nas periferias das grandes cidades, a sociedade civil brasileira, aos trancos e solavancos, manteve-se viva durante os chamados “anos de chumbo”. Apesar das tentativas agressivas de subjugar e desmobilizar toda e qualquer forma de participação na vida política do país, os militares não conseguiram suprimir diversas formas de organização política e, em certo sentido, ajudaram e colaboraram, de forma não intencional, justamente com o processo de formação e consolidação do associativismo político, no período de meados dos anos 1970 e início dos 1980.

A sociedade civil insurgente aparece como uma extensa rede que, mesmo frágil, em muitos momentos, possibilitou e sustentou posteriormente a frente de mobilização pró-democracia contra o regime, durante os anos 1980. Estudantes, trabalhadores rurais, sindicatos de metalúrgicos, moradores de periferias, jornalistas, mulheres, homossexuais e diversos outros setores sociais ajudaram a

formular as novas formas de resistência civil contra os abusos perpetrados pelos militares. A liberalização, em suma, foi um projeto marcado por incertezas, o que levou a inúmeros resultados inesperados (BOSCHI, 1987; SADER, 1988).

Entre esses eventos não calculados, há a formação de uma política da violência ideológica e a criação de redes associativas que iam das periferias das grandes cidades, passando pelas fábricas e universidades. Em primeiro lugar, a “linha dura” não voltou aos quartéis, e suas ações no âmbito de um arrefecimento de políticas repressivas só aumentaram a falta de legitimidade dos militares junto à opinião pública. Em segundo lugar, a sustentação popular às elites políticas civis decaiu progressivamente durante a década de 1960, mesmo com o crescimento econômico elevado, isso porque os militares sofreram com as sucessivas derrotas do partido governista, ARENA, ao longo dos anos 1970. O expressivo crescimento do MDB era motivo de preocupação entre os governistas. A proporção de votos da ARENA, por exemplo, caiu de 50,5%, em 1966, para meros 36,7%, em 1982 (SALLUM JR., 1996), ou seja, havia condições institucionais novas de abertura, e a inabilidade dos militares em controlar o processo empurrou a oposição para coalizões com os descontentes e marginalizados do regime. Novas elites de oposição entrando progressivamente nos buracos estruturais e culturais fraturaram as conexões entre a “linha dura” e os “liberais”. A retirada de dispositivos de repressão e medidas de exceção, o aumento da participação popular e a intensificação da captura desses buracos estruturais culminaram na percepção de que o regime estava enfraquecendo. O resultado dessas transformações foi a explosão de um amplo ciclo de protestos iniciados no final dos anos 1970⁷. Considerando os processos históricos dos dois regimes militares e das duas transições, é possível inferir que as performances de contestação desempenharam justamente diferentes espaços e arenas de encontro entre ativistas e outros atores políticos. Esses espaços atuaram como oportunidades para a construção e solidificação de buracos estruturais cuja importância residiu na capacidade de promover inovações culturais e políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que a natureza dos regimes militares afetou decisivamente os padrões e repertórios de confronto político disponíveis em cada fase dos

⁷ No período, há, por exemplo, greves gerais, em 1978, 1979 e 1980, sobretudo no ABC Paulista, e o ano internacional da mulher, em 1975, com inúmeras manifestações feministas por todo o Brasil.

processos de transição, sendo que a presença de buracos estruturais em ambos os países serviu como catalisador dos respectivos processos.

O objetivo deste artigo foi propor hipóteses teóricas para o entendimento dos fenômenos de relacionamento entre Estado, movimentos sociais e outros atores relevantes. Mais do que oferecer conclusões e respostas aos problemas empíricos aqui postos, o artigo tentou apontar um caminho promissor no entendimento entre movimentos sociais e Estado. A perspectiva dos buracos estruturais permite evidenciar o modo como a relação entre democratização e movimentos sociais conjuga uma série de aspectos. Em primeiro lugar, o posicionamento híbrido de determinados atores relevantes permite vislumbrar que eles se situam em um fluxo de informações e repertórios culturais. Tal posicionamento favorece o experimentalismo de valores, ideias e posições ideológicas.

A perspectiva dos buracos estruturais aventa a possibilidade de compreender mecanismos relacionais concretos de *criação* e *difusão* de valores democráticos. Além disso, a organização desses buracos estruturais e seu maior nível de tutela pelo Estado permitem também traçar as diferenças pelas quais os processos transicionais passaram.

Na Argentina, a quase completa aniquilação de mediadores políticos, em 1976, facultou a proliferação de diversos buracos estruturais e a posterior entrada de novos atores políticos, tais como os movimentos sociais pelos direitos humanos. Esses novos atores, o fracasso institucional dos militares e seu desempenho econômico pífio facilitaram um processo transicional rápido e marcado pela valorização das saídas eleitorais. No Brasil, o gerenciamento das conexões entre os militares e as elites políticas civis e a tolerância com determinadas formas de oposição permitiram a formação de buracos estruturais mais densos, porém mais sujeitos ao controle dos atores governamentais. Esse processo pode contribuir para a análise da lentidão do processo transicional brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, v. 76, n. 49-86, 2009.

ALONSO, Angela; BOTELHO, André. Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, p. 11-20, 2012.

ALVAREZ, S. E. *Engendering democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

- BERTONCELO, E. *A campanha das diretas e a democratização*. São Paulo: Editora Humanitas, 2007.
- BOSCHI, R. R. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1987. v. 4.
- BURT, R. S. *Brokerage and Closure: an introduction to social capital*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- CAMERON, M. A. *Democracy and authoritarianism in Peru: political coalitions and social change*. London: Palgrave Macmillan, 1994.
- CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos. In: SORJ, Bernardo et al. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CASTELLS, M. *The urban question: a marxist approach*. Tradução Alan Sheridan. London: Edward Arnold, 1977.
- DELLA PORTA, D. *Social movements and democracy at the turn of the millennium*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- DIANI, M. *Green networks: a structural analysis of the Italian environmental movement*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1995.
- DIANI, M.; MCADAM, D. (Ed.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. New York: Oxford University Press, 2003.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- FONTANA, A. *Fuerzas armadas, partidos políticos y transición a la democracia en Argentina. Working Paper n. 28*, University of Notre Dame, Hellen Kellogg Institute for International Studies, 1984.
- GIUGNI, M. G.; MCADAM, D.; TILLY, C. *From contention to democracy*. Boston: Rowman & Littlefield, 1998.
- _____. *How social movements matter*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- GIVAN, R. K.; ROBERTS, K. M.; SOULE, S. A. (Ed.) *The diffusion of social movements: actors, mechanisms, and political effects*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. In: GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- GOHN, M. G. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- HAGOPIAN, F.; MAINWARING, S. P. *The third wave of democratization in Latin America: advances and setbacks*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- KLANDERMANS, B.; OEGEMA, D. Potentials, networks, motivations, and barriers: steps towards participation in social movements. *American Sociological Association*, v. 52, n. 4, p. 519-531, 16 mar. 1987.

- JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos: os desafios da construção da cidadania. *Cadernos do Ceas*, v. 129, p. 34-44, 1990.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MISCHE, A. *Partisan publics: communication and contention across Brazilian youth activists networks*. New Jersey: Princeton University Press, 2008.
- MOISÉS, J. A. “O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais”. In: MOISÉS, J. Á. et al. (Ed.). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1982. p. 14-29.
- MUNCK, G. *Regimes and democracy in Latin America*. New York: Oxford University Press, 2007.
- NOVARO, M.; PALERMO, V. *La dictadura militar, 1976-1983: del golpe de estado a la restauración democrática*. Buenos Aires: Paidós, 2003. v. 9.
- NUNES, E. “Inventário dos quebra-quebras nos trens e ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro 1977-1981”. In: MOISÉS, J. A. et al. (Ed.). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1982. p. 92-108.
- O'DONNELL, Guillermo A. *Modernization and bureaucratic-authoritarianism: studies in South American politics*. Berkeley: University of California, 1973.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. *Transitions from authoritarian rule*. Baltimore: John Hopkins University Press 1986. v. I-IV.
- OTTMANN, G. Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil: uma abordagem cognitiva. *Novos Estudos Cebrap*, v. 41, p. 186-207, 1995.
- PACHUCKI, M. A.; BREIGER, R. L. Cultural holes: beyond relationality in social networks and culture. *Annual Review of Sociology*, v. 36, p. 205-224, 2010.
- PRZEWORSKI, A. Democracy as a contingent outcome of conflicts. *Constitutionalism and democracy*, v. 59, p. 59-80, 1988.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALLUM JR., Brasília. *Labirintos*. Dos generais à Nova República. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SNOW, D. A.; ZURCHER, L. A. J.; EKLAND-OLSON, S. Social networks and social movements: a microstructural approach to differential recruitment. *American Sociological Review*, v. 45, n. 5, p. 787-801, 1980.
- SNOW, S.; SOULE, H. K. *The blackwell companion to social movements*. London: John Wiley & Sons, 2004.
- TARROW, S. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- TILLY, C. Processes and mechanisms of democratization. *Sociological Theory*, v. 18, n. 1, p. 1-16, mar. 2000.
- . *Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

- VALLADARES, L. do P. “Quebra-quebras na construção civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro”. In: MOISÉS, J. A. et al. (Ed.). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1982. p. 65-91.
- VIOLA, E.; MAINWARING, S. Transitions to democracy: Brazil and Argentina in the 1980s. *Working Paper n° 21*, University of Notre Dame, Hellen Kellog Institute for International Studies, 1984.
- WADA, T. *A historical and network analysis of popular contention in the age of globalization in Mexico*. New York: Columbia University, 2003.